



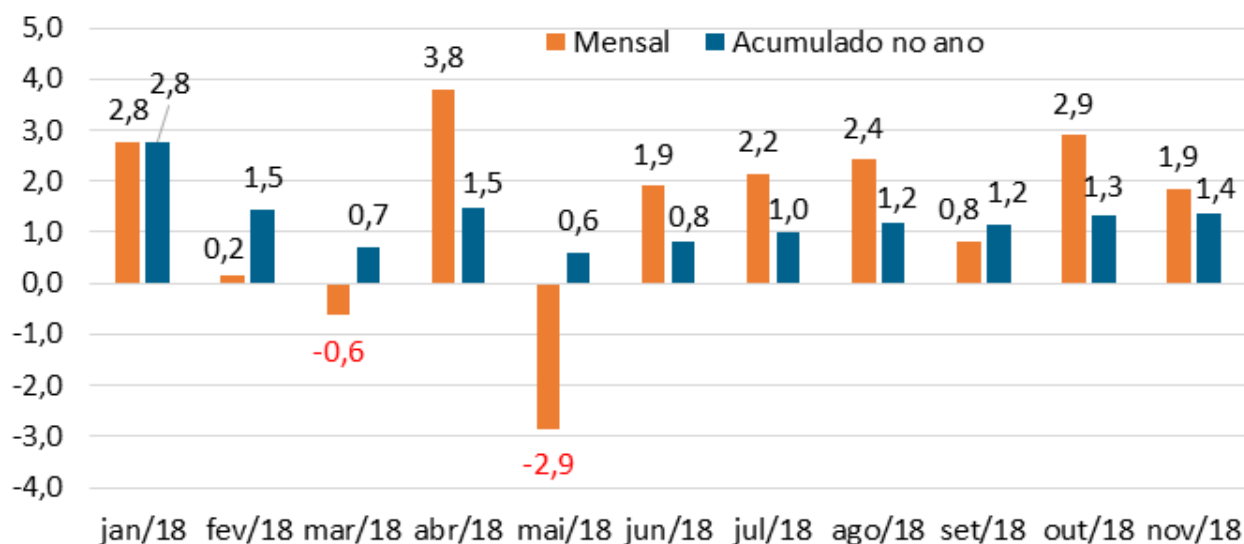
Boletim Conjuntural Janeiro | 2019

1. CONJUNTURA NACIONAL

O presente Boletim é elaborado em contexto que contempla o resultado político que as eleições de outubro-novembro 2018 legaram ao país, depois de uma tensa transição a partir do impeachment, em 2016. Uma transição que resultou, a despeito de algumas dificuldades políticas, numa economia em condições favoráveis a retomada do crescimento, como já referido em Boletim anterior. Trata-se, agora, de um governo que – em princípio – detém uma expectativa bastante favorável por parte da maioria da população e do mercado que acreditam serão tomadas medidas necessárias de política econômica e, ademais, que reformas estruturais – previdenciária, fiscal, etc. – serão levadas a bom termo. Tudo considerado, tal contexto sugere novos e desafiantes tempos para o país e para o Estado.

No que diz respeito a evolução econômica recente, destaque-se que ao longo do ano passado, expectativas que carregavam certo otimismo se dissiparam à medida que os resultados mensais revelavam consolidação de um padrão de retomada do crescimento econômico bem inferior ao que estava previsto. O Índice de Atividade Econômica (IBC-BR), do Banco Central – antecipação do que vem a ser a variação do PIB – registra variação acumulada, em janeiro-novembro 2018, de 1,4% sobre o nível de produção do mesmo período do ano anterior ([Gráfico 1](#)); algo próximo do indicado 1,3% no Boletim Focus (também do Banco Central), edição de 04/01/2019. Ademais, observam-se significativas oscilações mensais que – com exceção do mês de abril – são bem inferiores ao crescimento de 3%, previsão inicial para 2018.

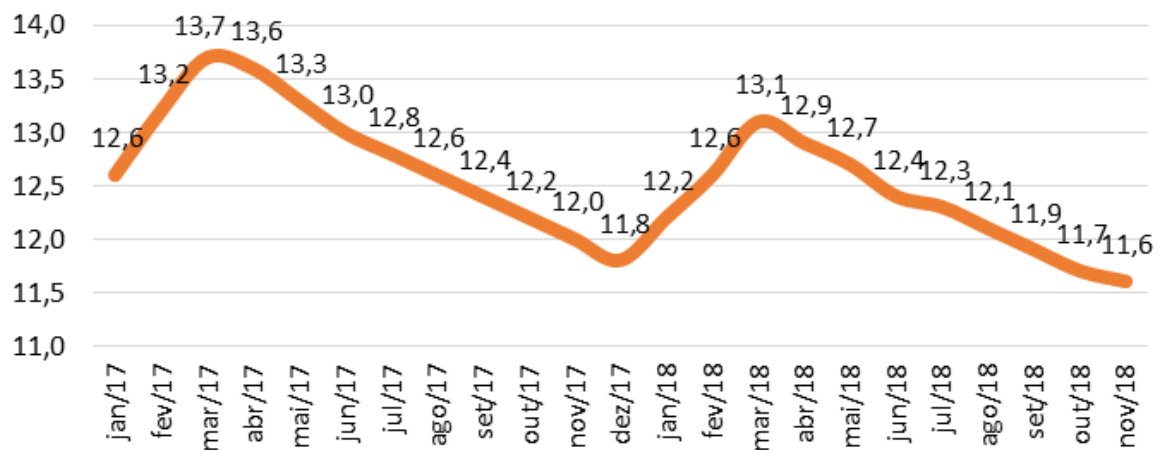
Gráfico 1 - Brasil: taxas de variação, mensal e acumulada no ano, do Índice de Atividade Econômica (IBC-BR), em %, janeiro a novembro/2018 (base: mesmo período do ano interior)



Fonte: Bacen. Elaboração CeplanMulti

O mercado de trabalho em ambiente de lenta recuperação da economia não tem sido suficiente para reduzir de forma significativa o desemprego. Dados mais recentes da PNAD Contínua revelam uma taxa de desemprego aberto de 11,6% no trimestre setembro-outubro-novembro (**Gráfico 2**). Em que pese a trajetória declinante da taxa de desocupação (desde o pico de março 2018), o número absoluto de desempregados mantém-se muito elevado: mais de 12 milhões de pessoas, componentes da população economicamente ativa, permanecem em situação de desemprego aberto: sem ocupação e em busca de um posto de trabalho. Note-se que desemprego aberto não inclui aqueles que, mesmo desocupados, desistiram de procurar trabalho (os desalentados).

Gráfico 2 - Brasil: taxa de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (média móvel trimestral), em % - janeiro/2017 a novembro/2018



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

Acrescente-se que, no período analisado (entre novembro de 2017 e novembro de 2018), a força de trabalho que era formada por de 104,5 milhões de pessoas passou para 105,3 milhões – uma expansão de 800 mil pessoas. No mesmo intervalo de tempo, o número de pessoas ocupadas passou de 91,9 para 93,2 milhões: um crescimento absoluto de 1,3 milhão no contingente de pessoas que exercem uma ocupação no mercado de trabalho. Ocorre que mais de metade estão engajadas em ocupações informais. Portanto, desemprego e informalização do trabalho voltaram a marcar severamente o panorama ocupacional no país.

Quando se particulariza a geração de ocupações formais, também no período de janeiro a novembro de 2018, informações provenientes do Ministério do Trabalho/CAGED registram um número de admissões maior do que o número de demissões. Observa-se um saldo positivo de 854.573 empregos, relativamente ao constatado para o mesmo período de 2017 (**Tabela 1**). O saldo atualizado até dezembro é de 522.899¹ (**Tabela 2**). Significa que o mercado de trabalho – formal e informal – gerou um número significativo de ocupações em 2018, embora muito aquém do que seria necessário para reduzir substancialmente o desemprego. Uma dura evidência do custo social resultante de uma crise inédita no país caracterizada nos últimos cinco anos por estagnação (2014), recessão (2015 e 2016) e lento crescimento da economia (2017 e 2018).

¹ Esse resultado de dezembro pode ser explicado por uma sazonalidade que geralmente tem lugar nesse mês, principalmente por conta de operações de lay off que ocorrem em segmentos da atividade industrial.

Tabela 1 - Brasil: saldo da movimentação do emprego formal janeiro-novembro/2017, novembro/2018 e janeiro-novembro/2018

SUBSETOR	Jan/17-Set/17	Set/18	Jan/18-Set/18
Agropecuária	83.610	-2.688	51.372
Indústria Extrativa	-3.508	403	2.467
Indústria de Transformação	92.256	37.449	120.236
SIUP	-2.579	1.091	9.451
Construção	-48.942	12.481	68.788
Comércio	38.845	26.685	79.116
Varejo	19.000	22.506	46.887
Atacado	19.845	4.179	32.229
Serviços	152.687	60.961	510.116
Adm, técnicos e profissionais	59.323	25.872	182.476
Saúde	52.893	6.997	93.675
Ensino	64.580	6.537	95.140
Alojamento e Alimentação	-17.957	13.168	78.831
Transportes e Comunicações	5.607	6.561	51.395
Outros serviços	-11.759	1.826	8.599
Administração Pública	15.749	954	13.027
Total	328.118	137.336	854.573

Fonte: Caged/MTE.

(*) Saldo ajustado, considerando as informações de movimentação fora do prazo até novembro/2018.

Tabela 2 - Brasil: saldo da movimentação do emprego formal janeiro-dezembro/2017, dezembro/2018 e janeiro-dezembro/2018

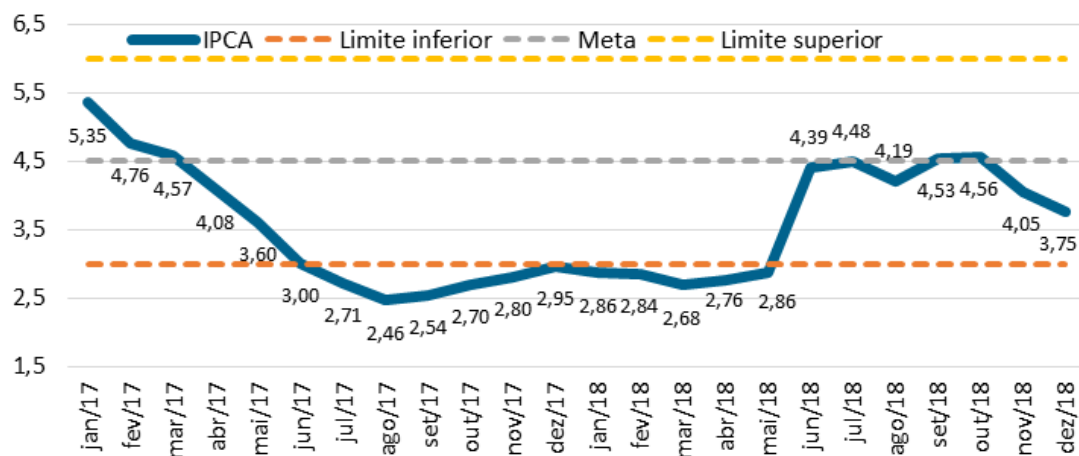
SUBSETOR	Jan/17-Dez/17	Dez/18	Jan/18-Dez/18
Agropecuária	37.190	-2.688	2.652
Indústria Extrativa	-5.951	403	1.460
Indústria de Transformação	-21.069	37.449	2.031
SIUP	-4.123	1.091	7.608
Construção	-104.078	12.481	17.188
Comércio	45.738	26.685	100.658
Varejo	31.709	22.506	70.440
Atacado	14.029	4.179	30.218
Serviços	40.824	60.961	395.495
Adm, técnicos e profissionais	39.025	25.872	164.925
Saúde	49.930	6.997	88.820
Ensino	2.248	6.537	33.499
Alojamento e Alimentação	-27.740	13.168	67.306
Transportes e Comunicações	-10.802	6.561	33.482
Outros serviços	-11.837	1.826	7.463
Administração Pública	-1.159	954	-4.193
Total	-12.628	137.336	522.899

Fonte: Caged/MTE.

(*) Saldo ajustado, considerando as informações de movimentação fora do prazo até dezembro/2018.

Agregue-se a esta análise de conjuntura outra importante dimensão: o comportamento dos preços, medido pelo indicador oficial de inflação, o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), acumulado em 12 meses (**Gráfico 3**). Neste caso, se revela um resultado positivo, embora tenha também contribuído para tal uma enfraquecida demanda final, reflexo da lenta recuperação do emprego e da renda das famílias. O mérito maior repousa, contudo, na condução da política monetária que ancorou a inflação em torno do centro da meta. Um cenário que se contrapõe aos episódios dos anos 1980-1990, quando em certos momentos o país enfrentou recessão combinada com alta inflação, às vezes próxima de uma hiperinflação clássica. De fato, o IPCA revelou forte decréscimo ao longo dos oito primeiros meses de 2017, elevando-se suavemente até abril-maio de 2018 (completando 12 meses consecutivos abaixo do piso da meta de inflação), até sofrer forte elevação em junho do mesmo ano, depois do movimento paredista no setor de transportes, deflagrado em maio. Em sequência, passou a se manter acima ou no entorno do centro da meta (4,5%), até fechar o ano de 2018 bem abaixo disso (3,75%) – um nível típico dos melhores momentos da economia pós-Plano Real. Assim, se mantém uma das condições básicas para a retomada do crescimento da economia brasileira.

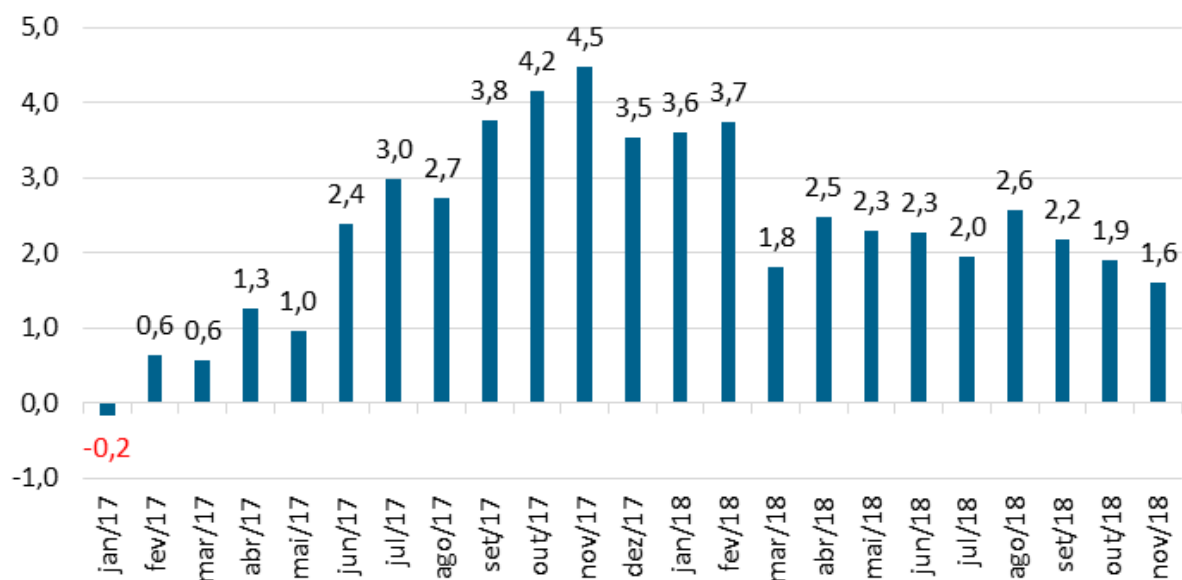
Gráfico 3 - Brasil: Meta SELIC, IPCA acumulado em 12 meses, em % - janeiro/2017 a dezembro/2018



Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Portanto, em um ambiente de baixa inflação e de expansão do contingente de pessoas ocupadas, a massa real de salários tende a apresentar crescimento real, salvo diante de um forte decréscimo do salário médio. Observa-se a manutenção do valor real da massa salarial, desde fevereiro de 2017, em nível superior ao do ano anterior (**Gráfico 4**). O ganho real, no trimestre setembro-outubro-novembro, ficou em 1,6% – relativamente ao de igual período de 2017 – embora venha perdendo intensidade desde agosto, o que pode ser explicado por reduções salariais em admissões mais recentes. Trata-se de um traço característico do mercado de trabalho: quando há excesso de oferta de força de trabalho, é frequente a ocorrência de mecanismos de demissão para posterior admissão de quem esteja disposto a receber remuneração inferior ao padrão anterior para determinadas ocupações. De toda forma, o aumento real da massa de rendimento da população contribui positivamente para o aumento do volume de vendas de produtos e serviços, sendo fundamental tanto para o bom desempenho tanto do varejo quanto do segmento de prestação de serviços.

Gráfico 4 - Brasil: variação real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral) das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, em % – janeiro a novembro de 2018 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: O indicador é a média móvel trimestral da massa de rendimentos recebida em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas e com rendimento de trabalho; é calculada considerando-se o mês de referência, em cada divulgação, como limite superior. Os valores da série são corrigidos mensalmente por uso do deflator (IPCA) do mês intermediário.

Nesta apreciação geral da conjuntura econômica brasileira, pode-se – em síntese – afirmar que a economia nacional encerrou o ano de 2018 revelando inflação e juros baixos, e positiva geração líquida de empregos – em um ambiente de ainda elevado desemprego e de modesto crescimento econômico. Praticamente uma repetição do que ocorreu no ano anterior, quando o PIB do país cresceu apenas 1%. Portanto, o país vivencia- depois de três anos de estagnação (2014) e recessão (2015 e 2016) – um período de dois anos (2017 e 2018) de quase estagnação – crescimento econômico próximo de 1% – com efeitos danosos sobre a qualidade de vida da população.

Contudo, reitera-se que o ambiente atual não é de pessimismo, embora o novo governo- neste início de jornada – não esteja livre de alguns óbices, e interrogações rondem as expectativas sobre a capacidade política de o governo realizar, em novas bases, negociações bem sucedidas com o Parlamento, em apoio às reformas institucionais, particularmente a da previdência social, considerada importante passo inicial. Um indicador da temperatura política, a taxa de câmbio, que havia atingido patamar bem superior aos quatro reais em setembro do ano passado, opera atualmente abaixo de R\$ 3,90 por dólar e projeções do Boletim Focus (25/01/2019) apontam o valor de R\$ 3,75 para este ano. O desempenho da Bolsa de Valores também vem registrando expressivo crescimento. Todavia, trata-se de dois indicadores que podem sofrer alterações expressivas em curtíssimo prazo, seja por conta do ambiente externo ou interno.

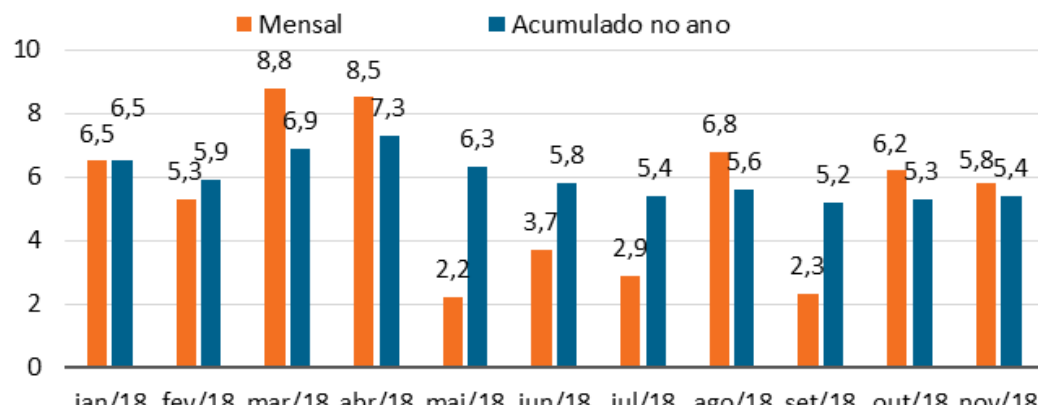
Comércio varejista: desempenho positivo em 2018

Mantido um procedimento usual na série de edições do Boletim Instituto Fecomércio-PE, esta seção contempla informações sobre o comércio varejista brasileiro – consideradas duas abordagens, conforme sistematização na base de dados do IBGE: varejo (sentido restrito), conforme o que usualmente se entende por esse segmento da economia, e varejo ampliado. O desempenho mensal e o indicador acumulado do ano do volume de vendas do **varejo ampliado** – agregado que resulta do acréscimo de ‘veículos, motocicletas, partes e peças’ e ‘materiais de construção’ ao conjunto de segmentos que compõem o comércio varejista propriamente dito – são apresentados no **Gráfico 5**. Analogamente, no **Gráfico 6**, vê-se a trajetória mensal e o indicador acumulado, no ano, do **varejo restrito**.

O volume mensal de vendas do varejo ampliado, no país – resultado acumulado do ano (janeiro a novembro) – é 5,4% superior ao observado no correspondente período de 2017; variação positiva bem superior ao crescimento mencionado para o PIB do país. Os demais resultados, seja quando se usa tanto o indicador acumulado quanto o mensal, são todos significativamente positivos. O desempenho mensal registrado em novembro de 2018, por exemplo, em comparação com novembro do ano anterior, revela um crescimento de 5,8% do volume de vendas no varejo ampliado. Portanto, no geral, são variações positivas bem acima do desempenho mencionado para a economia brasileira como um todo.

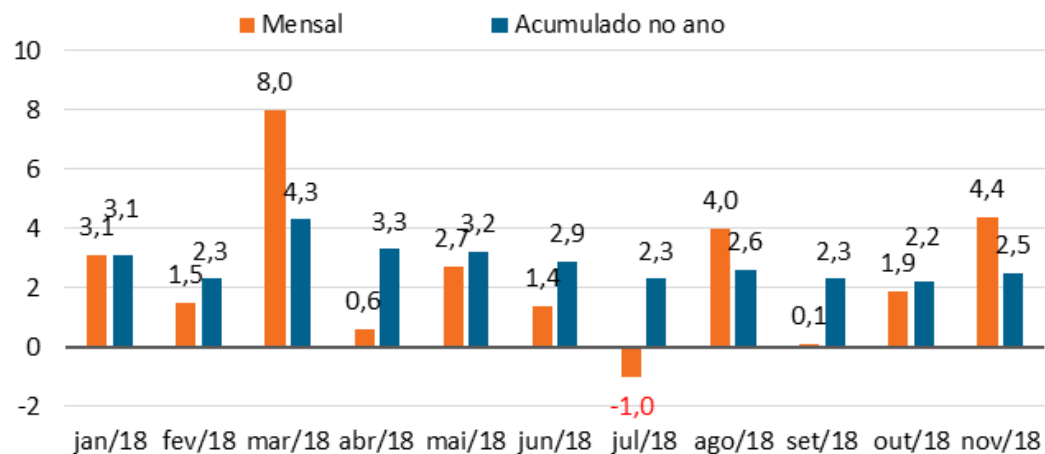
Por outro lado, o desempenho do varejo restrito – não considerados os segmentos de veículos e de material de construção – mostra que as variações, tanto em base mensal quanto no acumulado também se mantêm no campo positivo, com exceção do desempenho mensal observado em julho (-1,0%). E, apesar de se tratar de variações bem inferiores às referidas para o varejo ampliado, também constituem, no geral, um crescimento superior ao da economia como um todo: o índice acumulado (janeiro a novembro) foi de 2,5% (**Gráfico 6**).

Gráfico 5 - Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Varejo Ampliado, em % - janeiro a novembro/2018



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Gráfico 6 - Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Comércio Varejista, em % - janeiro a novembro/2018

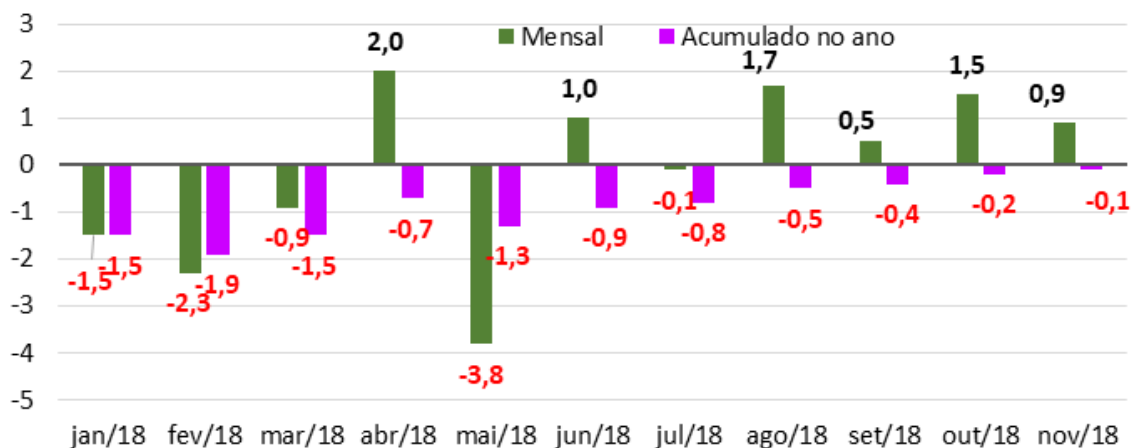


Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Serviços: em 2018, desempenho acumulado no ano é praticamente igual ao de 2017

No que diz respeito ao setor de prestação de serviços, verifica-se um volume de vendas levemente negativo em 2018, a despeito de alguns resultados mensais positivos. Tais resultados são, no cômputo global, suplantados pelo desempenho acumulado do ano, com variações negativas em todos os meses (Gráfico 7). Um atenuante foi a desaceleração do declínio, a partir do mês de maio. Portanto, o volume de prestação de serviços registra – ao longo de 2018 – um desempenho acumulado sempre aquém dos resultados observados em 2017. O resultado acumulado do volume de negócios, no ano de 2018 (até novembro), é praticamente o mesmo do similar indicador no ano anterior: decréscimo de apenas 0,1%.

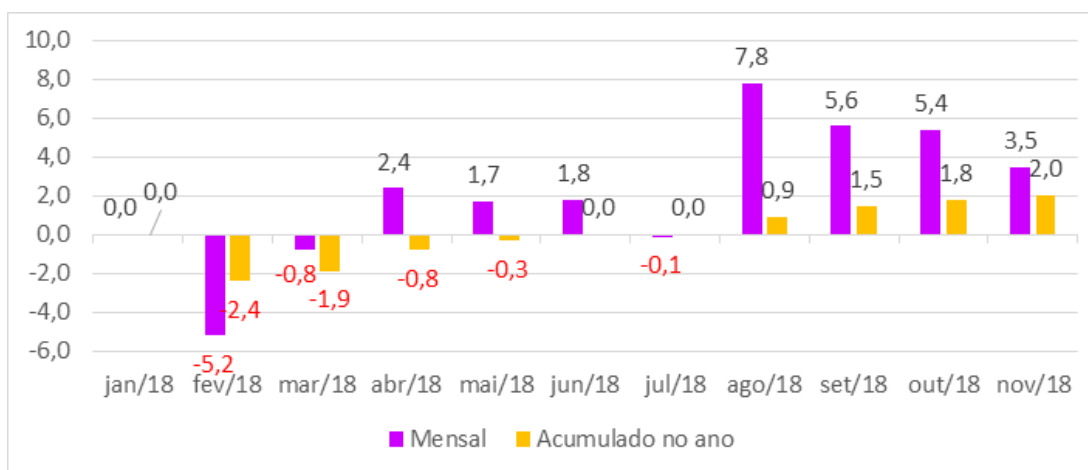
Gráfico 7 - Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de Serviços, em % - janeiro a novembro 2018



Turismo: Resultado positivo no desempenho acumulado do ano

Como é usual, particulariza-se, nesta seção, o segmento de Turismo – específico conjunto de atividades que, no âmbito de Serviços, tem relevância. Os serviços de Turismo seguem, a partir de agosto deste ano, uma rota de crescimento, no ainda lento processo de recuperação da economia brasileira. O resultado, para o acumulado do ano, descreve uma trajetória de crescimento. Também são positivos os resultados mensais em comparação com idênticos meses do ano passado (ver [Gráfico 8](#)). Ou seja, nos últimos meses, o volume de serviços de turismo vem apresentando expressivo movimento de recuperação, em trajetória de crescimento a partir do mês de agosto.

Gráfico 8 - variação mensal e variação acumulada no ano do volume de serviços nas Atividades Turísticas, em % - janeiro/2018 a novembro/2018



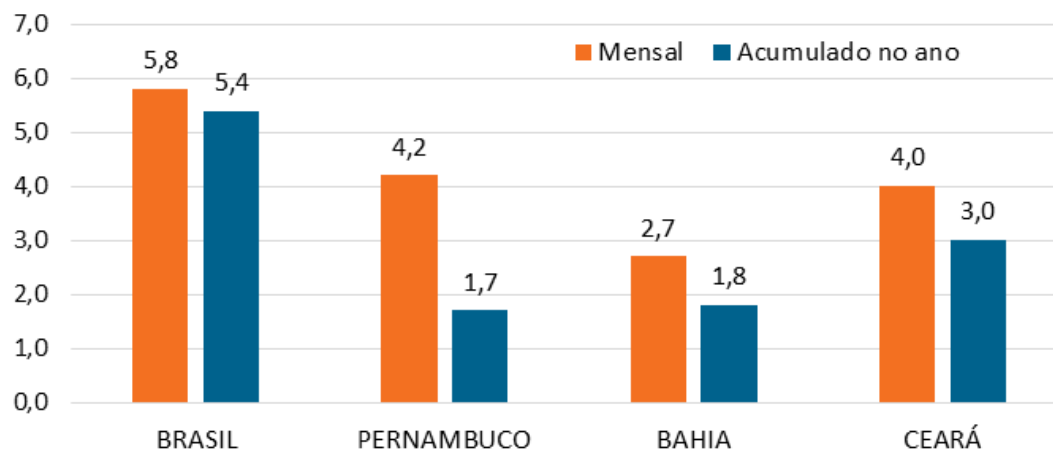
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

2. DESEMPENHO DO COMÉRCIO VAREJISTA E DOS SERVIÇOS EM NOVEMBRO DE 2018: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

A análise aqui conduzida passa a ter, nesta seção e na seguinte, Pernambuco como objeto central – o que se associa a esforços de contextualização nos planos nacional e regional. São assim apresentados o desempenho mensal e o acumulado, em 2018, do comércio varejista de Pernambuco, operando-se a devida contextualização, conforme ilustrado nos **Gráficos 9 e 10**, respectivamente para o varejo ampliado e o restrito. Os dados são referentes aos estados de Pernambuco, Bahia e Ceará, além de se considerar o resultado agregado para o país.

Destaque-se que a variação do volume de vendas do **varejo ampliado** em Pernambuco segue positiva (1,7%), no que se refere ao desempenho acumulado do ano (janeiro a novembro). Observa-se um desempenho que, embora positivo, é inferior ao observado nos demais territórios aqui analisados, especialmente quando o cotejo é feito com o varejo ampliado nacional, que cresce 5,4%. No que diz respeito ao resultado mensal, registra-se variação positiva de 4,2% no mês de novembro, em confronto com o mesmo mês de 2017. Desempenho também inferior ao varejo ampliado nacional, que cresceu 5,8% no referido mês. (Ver **Gráfico 9**).

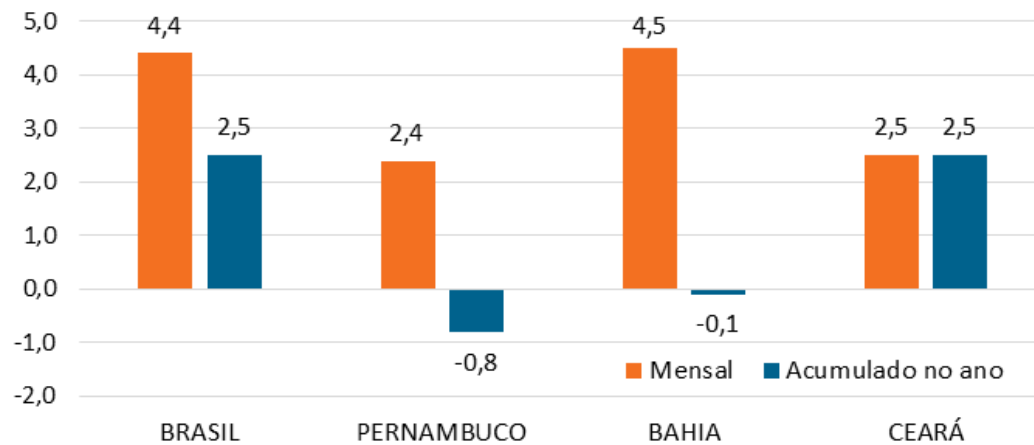
Gráfico 9 – Brasil, PE, BA e CE: variação mensal e acumulada no ano do volume de vendas do Comércio Varejista Ampliado, em % - janeiro-novembro2018 (base: jan-nov/ 2017)



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Quando a análise se volta para o comportamento do varejo propriamente dito – retirados os segmentos de veículos e de materiais de construção – Pernambuco revela um desempenho negativo no acumulado do ano (-0,8). Trata-se do pior desempenho entre os territórios aqui analisados. No país como um todo, por exemplo, observa-se um crescimento de 2,5%. Considerando o índice mensal, o volume de vendas em Pernambuco cresce 2,4% em novembro, enquanto o resultado para o Brasil é de um crescimento de 4,4% (Gráfico 10). Como se vê, também nessa comparação o desempenho de Pernambuco fica abaixo do nacional. Chame-se atenção para o fato de que o melhor desempenho do varejo ampliado é explicado pela influência positiva do segmento de veículos, que tem registrado variações positivas e acima da média dos demais segmentos do varejo. Ademais, os bons resultados das vendas do varejo em novembro, foram – em parte – influenciados pela ocorrência do Black Friday, o que tem se intensificado a cada ano, via postergação de compras que poderiam ser realizadas em outubro e antecipação de algumas compras de Natal, que tradicionalmente seriam feitas em dezembro.

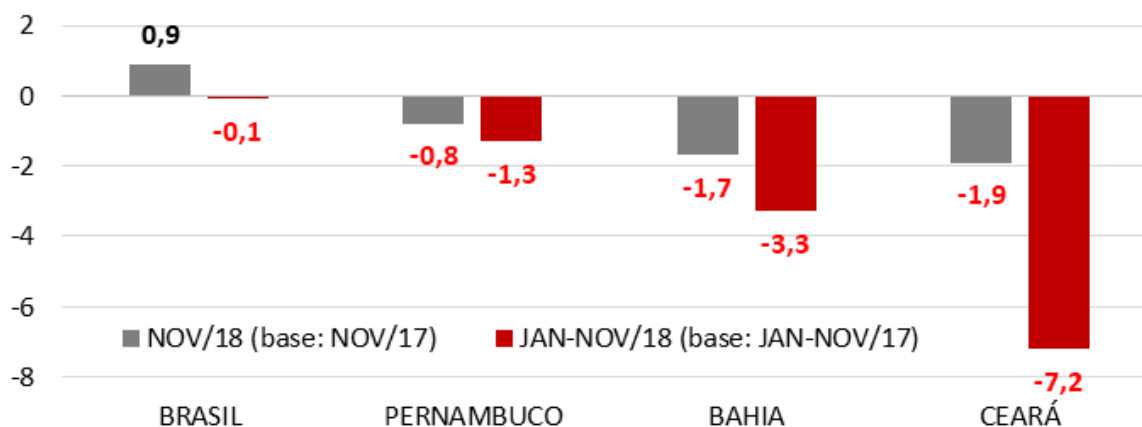
Gráfico 10 – Brasil, PE, BA e CE: variação mensal e acumulada no ano do volume de vendas do Comércio Varejista, em % - janeiro-novembro 2018 (base: jan-nov/2017)



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

Com respeito ao setor de serviços (**Gráfico 11**), é observado que o volume de serviços prestados em Pernambuco decresce no mês de novembro (-0,8%), em contraposição com o observado em novembro do ano passado. Resultado ainda mais fortemente negativo é registrado quando se avalia o desempenho acumulado do ano. De fato, o volume de serviços prestados em Pernambuco, entre janeiro e novembro de 2018, recuou 1,3% – uma queda mais forte do que a observada para o país como um todo (-0,1%). São resultados que deixam claro o grau de dificuldade que vêm enfrentando as atividades de prestação de serviços, segmento que – no agregado – permanece, em termos de recuperação, defasado relativamente a outros segmentos da atividade econômica.

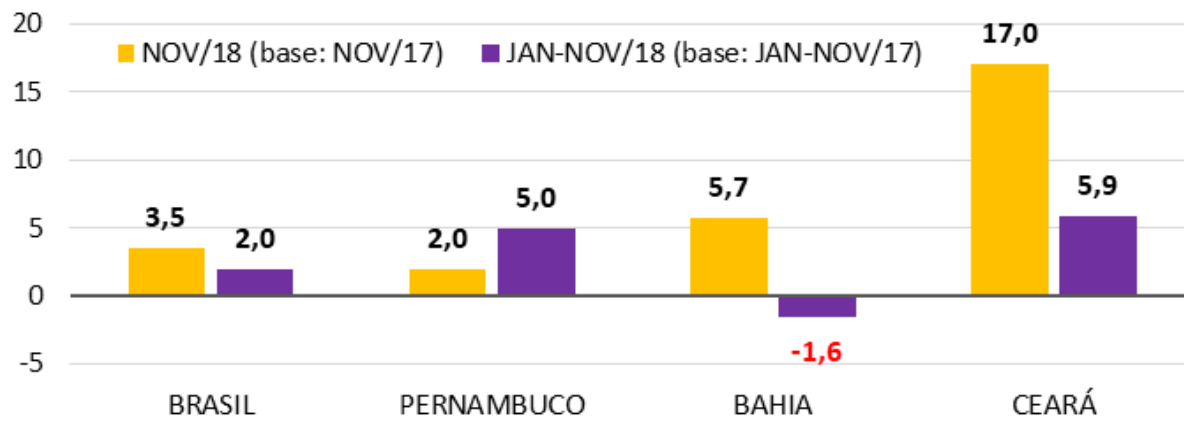
Gráfico 11 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação mensal e acumulada no ano do volume de Serviços, em % - janeiro-novembro 2018 (base: jan-nov/2017)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Outro procedimento usual, na série Boletim Conjuntural da Fecomércio-PE, também é mantido, agora no que se refere a serviços: particularização do segmento de turismo. Também são considerados os três principais estados nordestinos e o país como um todo, novamente fazendo-se a contextualização dos resultados observados em Pernambuco ([Gráfico 12](#)). Conforme o indicador mensal e o acumulado do ano de 2018 (janeiro a novembro), relativamente ao mesmo período do ano de 2017, este estado continua registrando desempenho positivo (5,0%) no indicador acumulado do ano e bastante diferenciado, em contraposição ao país como um todo (2,0%). Novamente, como verificado em Boletins anteriores, o desempenho de Pernambuco no resultado acumulado do ano em atividades relacionadas com o turismo segue superior ao observado no país. Em termos do resultado mensal de novembro 2018, Pernambuco cresce 2,0%. Embora positivo, trata-se do pior resultado entre os quatro territórios considerados.

Gráfico 12 - Brasil, PE, BA e CE: variação acumulada no ano do volume de Atividades Turísticas, em % - janeiro-novembro/2018 (base: jano-nov/2017)

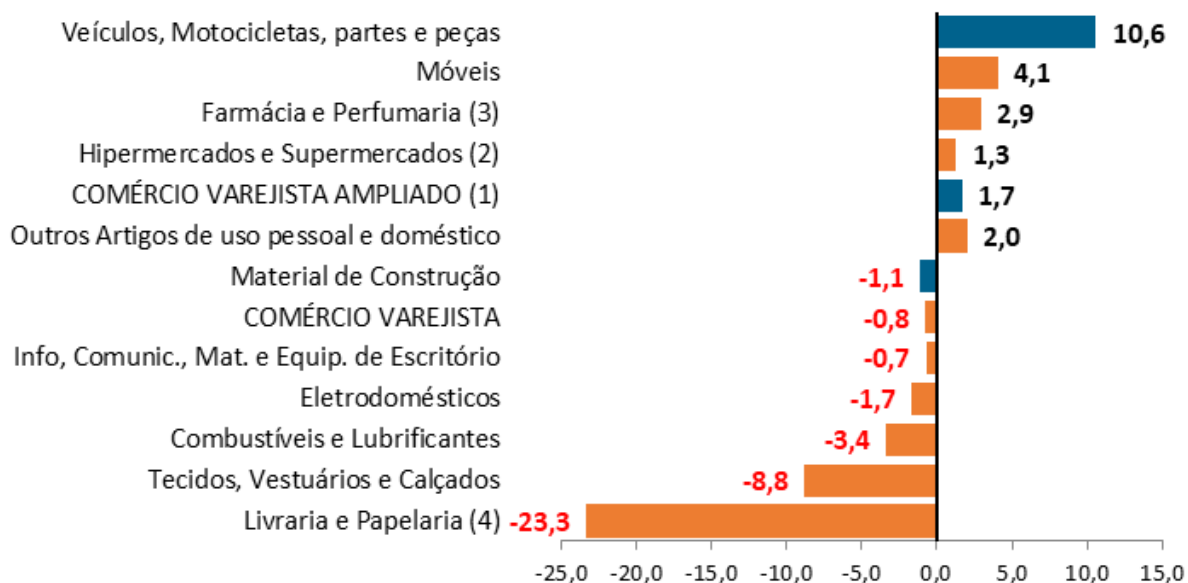


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

3. COMÉRCIO E SERVIÇOS EM PERNAMBUCO: DESEMPENHO CONFORME TIPOS ESPECÍFICOS DE ATIVIDADE

É feito agora um detalhamento das atividades específicas que compõem os segmentos do comércio e da prestação de serviços. Em relação ao varejo, trata-se de dados sobre o volume de vendas – indicador acumulado de 2018 (janeiro-novembro), comparativamente ao mesmo período de 2017 – para cada um dos onze grupos de atividades componentes do varejo, o que está contemplado no **Gráfico 13**, novamente explicitando-se os resultados agregados do setor: varejo restrito (-0,8%) e varejo ampliado (1,7%). Note-se que seis dos onze grupos específicos que compõem o comércio varejista cinco registram variações positivas em 2018, enquanto os demais registram variações negativas. Entre as positivas, os destaques são: veículos, motocicletas, partes e peças (10,6%); e móveis (4,1%). Entre as negativas: livraria e papelaria (-23,3%); tecidos, vestuários e calçados (-8,8%). Mantém-se o padrão observado ao longo da Série Boletim do Fecomércio-PE.

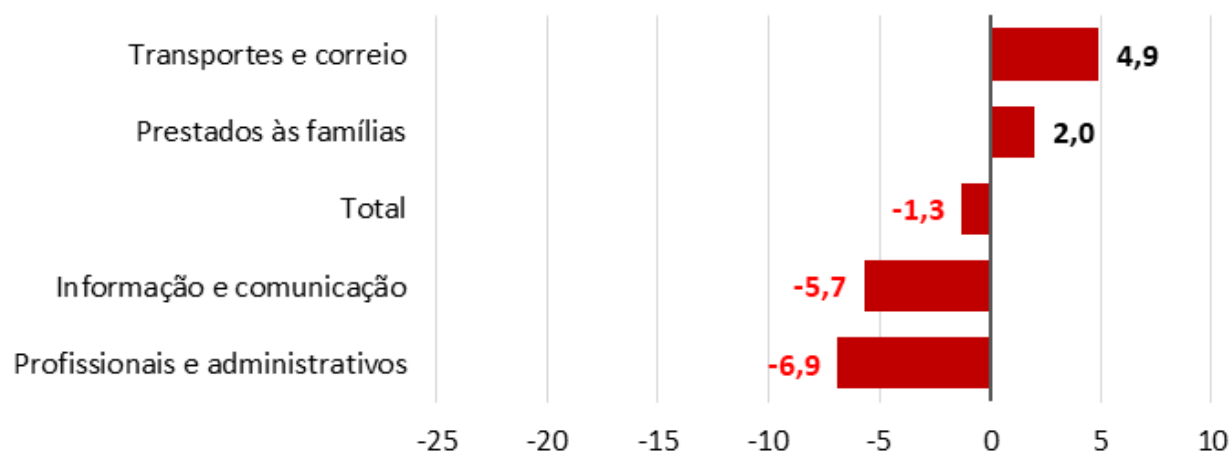
Gráfico 13 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de vendas por segmento do Comércio Varejista, em % - janeiro-novembro/2018 (base: janeiro-novembro2017)



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Com respeito ao segmento de prestação de serviços (**Gráfico 14**), também é útil que primeiro se reafirma a observação de que, no agregado, a retração da atividade econômica nesse segmento, em 2018, chegou a -1,3%. O detalhamento evidencia que os grupos representados por 'serviços prestados às famílias' e 'transportes e correio' revelam desempenho positivo: respectivamente 2,0% e 4,9%. Para os outros dois agrupamentos, as variações do volume de vendas são negativas: 'Informação e Comunicação' (-6,9%); e 'Profissionais e administrativos' (-5,7%). Os resultados são, qualitativamente, similares aos sistematicamente observados em Boletins anteriores, sendo constatado o persistente e desalentador sinal sobre as perspectivas de recuperação do segmento de prestação de serviços em Pernambuco.

Gráfico 14 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de *Serviços* por Atividade, em % - janeiro-novembro/2018 (base: janeiro-novembro/2017)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

4. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

A economia brasileira encontra-se em momento de transição depois de o país encerrar 2018 com indicadores econômicos bastante favoráveis a uma aceleração da lenta retomada que se dá desde 2017. De fato, há fatores favoráveis a inflexão – para cima – da curva de crescimento. Permanece, todavia, alguns importantes desafios. Em economias capitalistas, a via do crescimento depende, fundamentalmente, de decisões empresariais de investimento e produção em resposta a sinais que capta do ambiente econômico e institucional, e ao que se espera da demanda agregada. Verifica-se, no presente momento, a expectativa dos agentes econômicos é de que a economia acelere a retomada do crescimento.

De fato, completados cinco anos (desde 2014) de estagnação-recessão e débil recuperação, condições básicas (pró-crescimento) foram conquistadas- depois de lenta saída da crise, nos últimos dois anos:

- I) Inflação sob controle. IPCA de 2,95% (2017) e 3,75% (2018); projeções para 4,0% (2019 e 2020, respectivamente) e 3,75% (2021 e 2022) – conforme o Boletim Focus do Banco Central, edição de 25/01/2019.
- II) Taxa SELIC no menor patamar histórico (6,5%) e projeções² (Boletim Focus) para 7,0% em 2019 e 8,0% em cada um dos anos 2020-2022 – patamar razoável em contraposição ao histórico de alta taxa básica de juros no país.
- III) Alto nível de reservas, aproximando-se de US\$ 400 bilhões.
- IV) Significativa capacidade produtiva ociosa – máquina, equipamentos, instalações e da força de trabalho – favorecendo retomada da expansão da economia sem pressões inflacionárias associadas ao crescimento.

²Claro que tais projeções levam em conta o que se espera dos cenários interno e externo, no primeiro incluído um relativo progresso em termos de reformas institucionais adequadas, começando pela previdência social e o panorama político-institucional, do qual podem surgir obstáculos. Do mesmo modo, surpresas no front externo também podem emergir, afetando – por exemplo – o cenário cambial.

Tais fatores, associados a um programa de eliminação de gargalos de infraestrutura, possibilitariam importante elevação da demanda agregada. Para tal faz-se necessário o equacionamento do déficit fiscal das unidades da federação e do setor público federal, e atração de capitais privados, sob regras de mercado claras e transparentes, possibilitando a recuperação mais rápida da economia, com efeitos imediatos sobre o mercado de trabalho e a renda das famílias. De fato, o segmento de infraestrutura pode desempenhar seu papel clássico – consagrado na literatura econômica – de, via efeitos multiplicadores de emprego e renda, alavancar o crescimento, assim constituindo poderosa força de recuperação do nível da atividade econômica. Daí para as decisões de investimento dos agentes econômicos ocorrerem (grandes, médios e pequenos negócios) é um passo rápido, pelo menos nos casos em que já se dispõe de capital para investimento. Se tal cenário ganhar materialidade, se abrirá o caminho mais rápido para recuperação de um mercado de trabalho que, persistentemente, vem propiciando uma insatisfatória recuperação do saldo líquido de postos de trabalho no setor formal da economia.

Ocorre que a taxa de investimento da economia continua em patamar bem inferior a 20% do PIB (15,3%), em contraste com proporções próximas de 24% de outros países da América Latina – um padrão que o Brasil só atingiu nos anos do chamado “Milagre Econômico” (1968-1973). Obviamente, a precária saúde fiscal do setor público é um obstáculo à expansão do nível de investimento, para o que o país necessitará viabilizar atração de capital privado (nacional e internacional).

De fato, em associação com a referida rota de deslançar um processo virtuoso de crescimento, um requisito fundamental – no lado fiscal – é a viabilização de reformas adequadas nos campos da Previdência e do sistema tributário, inclusive imprimindo-se maior racionalidade a programas de incentivos a empresas. Ocorre que para tal rota de recuperação da economia ser de fato seguida é obviamente necessário se ter em conta a real dimensão do problema. A esse respeito, importa mencionar resultados de estudos recentes do economista Manuel Pires, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), divulgados no artigo “Como o cenário macroeconômico afetou a Previdência Social”³. Examinadas projeções contida nos “Projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), de 2015 até 2019”, e levando-se em conta os impactos da profunda recessão recentemente experimentada pelo país, conclui-se que o déficit da Previdência, em termos de proporção do PIB, chegará a 3,06% em 2021, número antes projetado (em 2014) para se materializar em 2037. Uma antecipação de 16 anos. Isso resulta da combinação de redução significativa das receitas (via encolhimento do mercado de trabalho) e contínuo crescimento das despesas com pensões, auxílios e aposentadorias, agravadas pelas mudanças na estrutura etária da população. Com respeito a outros obstáculos a uma inflexão para cima da curva de crescimento da economia brasileira, o ambiente externo pode apresentar dificuldades⁴:

- a) Desdobramentos negativos de uma forte desaceleração e da economia chinesa, país sobre o qual não se tem notícia muito claras, mas que é um importante parceiro comercial do Brasil e importante player global;
- b) A emergência do populismo nacionalista (EUA, Hungria, Polônia – entre outros países), destino do Brexit (Reino Unido), gerando tensões geopolíticas que podem dificultar o desempenho da economia mundial.
- c) Esses dois potenciais vetores de desestabilização poderiam aumentar o prêmio de risco de países, como o Brasil, produtores de commodities, elevando a taxa global de juros de longo prazo, considerada baixa por padrões históricos.

³ Conforme Valor Econômico, “Recessão antecipou para 2021 déficit que a Previdência teria em 2037”, (21/01/2019, às 17h46m).
[<https://www.valor.com.br/brasil/6073779/recessao-antecipou-para-2021-deficit-que-previdencia-teria-em-2037>].

⁴ Conforme “Riscos para a economia global em 2019”, Kenneth Rogoff, ex-economista-chefe do FMI, é professor de economia e política pública na Universidade de Harvard. O GLOBO/OPINIÃO, 18/01/2019.
[<https://oglobo.globo.com/opiniao/riscos-para-economia-global-em-2019-23379639> – acesso em 21/01/2019].

Todavia, como o próprio Rogoff admite, tal cenário – embora no campo das possibilidades – teria pouca probabilidade de ocorrer no curto prazo.

Reitere-se, em consonância com uma linha analítica adotada nesta Série Boletim do Instituto Fecomércio-PE: racionalidade é requisito básico a ser associado a cada reforma estrutural de que o país precisa, a exemplo de mudanças nos sistemas de incentivos fiscais às empresas, no funcionamento das agências reguladoras, na defesa da qualidade de serviços públicos e privados prestados ao cidadão (saúde, educação, segurança, água e energia elétrica, telecomunicações etc.).

Reitere-se, portanto, o que afirmou-se no Boletim anterior: é imperativo para agentes econômicos e a sociedade civil dar a devida importância aos desafios e ameaças do atual momento econômico e político brasileiro. Isso implica acerto na saída da crise com plena garantia das instituições democráticas, solidez dos freios e contrapesos republicanos, o respeito aos direitos civis e a preservação da liberdade de expressão.

5. BIBLIOGRAFIA

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal do Comércio**. Novembro/2018.

Pesquisa Mensal dos Serviços. Novembro/2018.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Dezembro/2018.

Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Dezembro/2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Dezembro/2018

EXPEDIENTE FECOMÉRCIO-PE

Presidente: Josias Silva de Albuquerque
Diretora-executiva do Instituto Fecomércio:
Brena Castelo Branco
Economista: Rafael Ramos
Designer Gráfico: Nilo Monteiro

EXPEDIENTE CEPLAN-PE

Osmil Galindo | Economista
Ademilson Saraiva | Economista
Roberto Alves | Estatístico
Jorge Jatobá | Economista
Tania Bacelar | Economista

**Sede provisória Rua do Sossego, 264, Boa Vista,
Recife, Pernambuco, CEP 50.050-080
Tel.: (81) 3231-5393 (PABX)**

**Anexo: Rua Bispo Cardoso Ayres, 147, Sala 105,
Santo Amaro (esquina com a Rua do Príncipe)
Recife, Pernambuco, Brasil, CEP 50.050-135
Tel.: (81) 3423-8423 | 3423-7440 (PABX)**

